

-----**ATA N.º 32/2013**-----

-----Aos 11 dias do mês de dezembro de 2013, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Victor Martins Santos; -----

-----Maria do Céu Neves Martins Louro. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada por Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, o Senhor Presidente da Câmara concedeu um período para intervenção do público. -----

-----Começou por intervir a munícipe D. Ana, para expor um assunto relativamente ao Café Chafariz Bar, uma vez que reside no prédio onde está instalado este estabelecimento comercial, referindo que é uma pessoa com problemas de saúde e o ruído é constante, com festas até às 4h da manhã. Queixou-se também do barulho que é feito na via pública, pelos frequentadores do referido estabelecimento e por vezes dos estragos que provocam no acesso ao seu prédio. Disse que a GNR tem sido incansável, uma vez que tem atuado dentro dos possíveis. Apelou ao bom senso do Senhor Presidente da Câmara, para que resolva esta situação, uma vez

que após ter consultado um advogado, foi informada de que a emissão de licença é da responsabilidade da autarquia.-----

-----De seguida, pretendeu também saber se, o restaurante que existe nessa zona residencial vai abrir ou não, porque a acontecer, essa situação é ilegal, uma vez que tem conhecimento de que o alvará não corresponde ao uso da fração. Informou que essa situação irá provocar-lhe alguns contratempos, como já aconteceu no passado, solicitando que esta situação seja revista e tida em consideração.-----

-----Relativamente ao primeiro assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** começou por explicar que os cafés têm horário de funcionamento até às 2h da manhã, sendo que, por vezes solicitam prorrogação de horário até às 4h, para realização de eventos. Deu conhecimento de que, a autarquia efetuou um levantamento dos estabelecimentos que cumpriam com a lei do ruído, tendo verificado que alguns deles estavam em incumprimento, foram notificados para retificar essa situação. O proprietário do Chafariz Bar apresentou um estudo relativo ao nível de ruído do seu café, o qual está para análise por parte dos serviços, por forma a verificar se está enquadrado de acordo com a Lei.-----

-----Sobre o restaurante, informou que a sua abertura depende da licença de utilização que está prevista. No entanto, irão analisar a situação.-----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** deu conhecimento de que em termos formais, não existe qualquer pedido na secção de obras, para a abertura de um restaurante nessa zona residencial.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que existem duas questões que têm de ser analisadas, ou seja, o incumprimento da lei do ruído e a localização dos bares em zonas residenciais. Na sua opinião, o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de

Venda ao Público do Município de Celorico da Beira, deveria ser revisto, possibilitando uma distinção de horários para zonas residenciais. -----

-----Disse ainda, que a autarquia não deveria autorizar o prolongamento de horário, em zonas residenciais. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o Regulamento deverá ser analisado, indo de encontro ao que foi referido pelo Senhor Vereador Victor Santos. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse não compreender como se pode passar uma licença de prolongamento de horário, quando o proprietário do bar não apresentou o projeto de acústica atualizado. Na sua opinião, deveriam ser definidos espaços característicos para zonas de lazer e nas zonas habitacionais haver limitações de horários. Também é de opinião, que o Regulamento deverá ser revisto.-----

-----De seguida, interveio o munícipe Senhor Júlio Cruz, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro, pretendendo saber qual o motivo de encerramento da escola da sua freguesia. Deu conhecimento de que enviou um ofício para o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira e até à data não obteve qualquer resposta.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que, pensa que, este assunto já foi debatido entre o Senhor Vereador do Pelouro da Educação e o Senhor Diretor do Agrupamento. Mas, na sua opinião, esta situação terá ocorrido pelo facto de haver falta de alunos. No entanto, o Senhor Vereador Manuel Portugal, enquanto Diretor do Agrupamento poderá esclarecer melhor o munícipe e responder à questão colocada.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que nunca teve conhecimento de qualquer ofício por parte da Junta de Freguesia, caso

contrário, teria dado resposta ao mesmo. Começou por dizer que o número de alunos no concelho diminuiu significativamente, e que o número de alunos e turmas, em termos de rácios são estabelecidos pelo governo. Deu conhecimento de que havia sido informado que o rácio do concelho não previa tantos alunos por grupo, ao contrário do que tinha sido previamente acordado. -----

-----Perante o incumprimento do número de alunos por grupos, foi informado que a rede de Celorico da Beira iria ter menos uma turma do que estava inicialmente previsto. Teria então de optar por encerrar um grupo em Celorico da Beira, ou em Santa Luzia, ou em São Pedro. Perante esta situação, tentou entrar em contacto com o Senhor Vereador do Pelouro da Educação, mas não foi possível. Como tinha apenas 12h para decidir e em Celorico da Beira cada grupo tinha 18 alunos, optou por encerrar a escola de Casas de Soeiro, uma vez que tinha apenas 2 alunos, e eram deslocados.-----

-----O munícipe Senhor Júlio Cruz deu conhecimento de que na sua freguesia existem 9 alunos, mas que aceitaram a sua matrícula em Celorico da Beira, implicando agora, o encerramento desta escola.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que sempre incentivou os encarregados de educação a matricular as crianças nas suas áreas de residência. No entanto, a lei permite a sua inscrição fora, desde que haja vagas. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13/11/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 29, da reunião extraordinária do Executivo de 13/11/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/11/2013**-----

-----Foi presente a ata n.º 31, da reunião ordinária do Executivo de 27/11/2013, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento do ponto de situação das candidaturas do Município, documento que se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**ASSUNTO: ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara submeteu à consideração do Executivo a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, para o ano de 2014, para análise e aprovação do Executivo, documentos cujas cópias se anexam a esta ata, considerando-se

integralmente reproduzidos e que ficam arquivados em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que este orçamento tem em conta a situação de desequilíbrio financeiro estrutural do Município de Celorico da Beira, pelo que, o mesmo tem por base o Plano de Reequilíbrio Financeiro já aprovado pela Assembleia Municipal e que ainda aguarda aprovação das entidades fiscalizadoras. -----

-----Deu conhecimento de que o orçamento foi elaborado de acordo com o POCAL e a Lei das Finanças Locais, sendo este, um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de 2014. -----

-----No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, disse que as mesmas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, bem como, foram também utilizados os valores previstos no plano de reequilíbrio financeiro do Município. As transferências correntes e de capital foram calculadas de acordo com as previsões de transferências de verbas por parte da administração central. Para 2014, com o Orçamento de Estado, alteraram-se novamente as percentagens de fundos correntes e de capital, pelo que, para o ano de 2014 o Município de Celorico da Beira terá cerca de 383.000€ a mais de transferências correntes do estado e terá um corte de cerca de 524.000€ nos fundos de capital, em relação a 2013, o que se traduz numa redução global de cerca de 147.000€ nas transferências do Estado face ao ano anterior. Disse ainda, que estes cortes aos fundos do Município têm acontecido desde 2010. -----

-----Referiu que o Município tem mais receita corrente e menos receita de capital, relativamente ao que estava previsto no plano, o que foi refletido no orçamento, no entanto, os montantes globais de receita prevista mantêm-se inalterados. Disse que em 2014 dever-se-á realizar uma

revisão orçamental, para transitar o saldo orçamental de 2013, que constituirá uma eventual receita adicional que está prevista no plano de reequilíbrio, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2013. -----

-----Relativamente às despesas correntes, relativas a bens e serviços, disse que foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2014, tendo por base as despesas de 2013. Disse também, que à semelhança do ano anterior, 2014 será marcado por uma grande contenção nestas despesas, tendo em conta o estabelecido no plano de reequilíbrio financeiro, pelo que, se deverá continuar a tomar medidas que levem à sua diminuição. Disse que as rubricas de despesas com o pessoal foram dotadas tendo em conta o mapa de pessoal para 2014. -----

-----No que concerne à receita, mais concretamente à rubrica de impostos diretos, dos quais fazem parte o IMI, IMT, disse que a receita cada vez é menor, uma vez que as pessoas não têm poder de compra. Já a Derrama, aumentou, porque, o plano de reequilíbrio financeiro impunha a aplicação de uma taxa, que anteriormente era zero. -----

-----Relativamente à renda da EDP, disse que esta receita não é suficiente para fazer face às despesas com a iluminação pública, acrescentando que esta situação também se deve ao aumento do IVA. -----

-----Relativamente à iluminação pública, o Senhor **Vereador Manuel Portugal** disse que é necessário efetuar um estudo e verificar quais as luminárias que efetivamente são necessárias. Na sua opinião, fora das zonas habitacionais, o corte deveria ser feito a partir das 2h da manhã. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que a autarquia enviou um ofício a todas as juntas de freguesia, onde solicitava que indicassem quais os locais onde poderia ser efetuado o corte, no entanto, apenas a junta de freguesia de Prados respondeu. Disse ainda, que a autarquia, através do Gabinete de Eletricidade e EDP, irá efetuar

este levantamento, para que esta renda seja suficiente para fazer face ao pagamento da eletricidade.-----

-----Relativamente à sugestão do Senhor Vereador Manuel Portugal, disse que o relógio do Posto de Transformação não permite efetuar esse tipo de corte, terá de ser feita luminária, a luminária. -----

-----De seguida, disse que as rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer, bem como, de acordo com as obras a que o Executivo se propõe realizar em 2014, podendo estas rubricas, ser verificadas no PPI, sendo que a grande parte das despesas serão cofinanciadas por fundos comunitários, estando o Município a aguardar o próximo QREN, por forma a garantir mais alguns financiamentos. -----

-----As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais dos contratos de reequilíbrio financeiro, que ainda estão a aguardar aprovação do Tribunal de Contas. Nas despesas de capital, estão incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder. -----

-----Sobre o mapa de pessoal, disse que as despesas com pessoal têm reduzido significativamente. Fez uma ressalva relativamente às comunicações. Referindo-se à rubrica formação, para a qual está prevista uma verba de 35.255€. Congratulou-se com o facto de autarquia proporcionar formação aos funcionários. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral**, integrou a reunião eram 11:40h.-----

-----Continuando, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que tendo em conta a conjuntura económica atual, e à semelhança do ano anterior, para 2014 está previsto um reforço da ação social do Município através do gabinete de crise, que tem como objetivo o acompanhamento da situação dos munícipes em situação económica precária. Disse que mediante as informações obtidas por esse gabinete, serão analisadas as medidas

necessárias para auxiliar os munícipes em dificuldades, que poderão ser de aconselhamento financeiro, ou outro tipo de apoio, conforme as necessidades detetadas.-----

-----Relativamente ao subsídio atribuído à EMCEL, deu conhecimento de que o mesmo neste momento é de 310.000€, tendo vindo a decrescer ao longo dos anos. Assim, tendo em conta o reequilíbrio financeiro do Município, o orçamento para 2014 terá em conta, essencialmente, a despesa efetiva que se prevê realizar nesse ano, de acordo com as receitas disponíveis, o que faz com que o orçamento tenha um valor de cerca de oito milhões e setecentos mil euros, em comparação com os onze milhões de 2013. Disse ainda, que este orçamento é cada vez mais realista e adaptado à realidade e dimensão do Município. Tal como já foi referido anteriormente, a dívida em atraso apenas será acrescentada ao orçamento aquando da obtenção dos financiamentos previstos no plano de reequilíbrio financeiro, sendo que, alguma dívida do final do ano de 2013 poderá ainda transitar para 2014.-----

-----Disse também que tendo em conta as limitações impostas pela situação de reequilíbrio financeiro, pela Lei dos Compromissos e pelo Orçamento de Estado para 2014, o Município não poderá aumentar as dívidas em atraso, bem como, terá de diminuir o endividamento líquido. No ano de 2014 deverá continuar o ajustamento dos procedimentos e normas de controlo interno à Lei dos Compromissos, nomeadamente no que diz respeito à realização da despesa. Referiu que as despesas a realizar deverão estar sempre dependentes da emissão de um compromisso prévio e do montante de fundos disponíveis. Os compromissos plurianuais deverão ser sempre comunicados à Assembleia Municipal. -----

-----Fez um breve resumo das grandes opções do plano para 2014, bem como, do plano plurianual de investimentos. Destacou também, as atividades mais relevantes para 2014, dando conhecimento de que a Taça do Mundo do Parapente, irá realizar-se em Linhares da Beira. -----

-----Relativamente à apresentação do orçamento, o Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que, à semelhança dos anos anteriores, o Executivo não apresentou as linhas estratégicas para o ano de 2014. Começou por dizer que o orçamento do ano passado estava empolado, com o objetivo de poder aumentar a dívida, daí, este orçamento apresentar um valor mais baixo, ou seja, é mais realista. -----

-----Disse que é crucial para o Município haver uma diminuição significativa da despesa corrente, o que não acontece neste orçamento, revelando-se extremamente gravoso para o concelho, uma vez que, a diminuição do valor global do orçamento, por força do reequilíbrio financeiro, foi feita exclusivamente à custa do investimento, e irá hipotecar o futuro do Concelho para os próximos vinte anos.-----

-----Referiu que o Senhor Presidente da Câmara havia dito na sua intervenção que se está a cortar na despesa, mas curiosamente, verifica que as despesas com pessoal afeto à sua administração aumentaram, comparativamente ao ano anterior, bem como, as despesas de representação e outros suplementos e prémios. Pretendeu saber, qual o motivo que justifica esse aumento.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que efetivamente, a despesa corrente reduziu cerca de cinco mil euros. Respondendo à questão do Senhor Vereador Victor Santos, no que diz respeito ao aumento das despesas com pessoal na administração, informou que, como é do conhecimento geral, o seu Gabinete de Apoio está constituído com um Chefe de Gabinete.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a única despesa que reduziu foi a rubrica dos contratos individuais de trabalho, uma vez que neste momento não são permitidos. Disse que a locação de edifícios reduziu significativamente, pretendendo saber o que justifica esta redução, em cerca de 50%.-----

-----Pretendeu também saber a que se deve o aumento em 50% na rubrica comunicações.-----

-----Existem rubricas na despesa que aumentaram, o que não se compreende numa situação de contenção, verificando que, onde existe uma efetiva diminuição é no investimento e no subsídio à EMCEL, ficando um pouco apreensivo com esta situação. Espera que a Lei dos Compromissos tenha vindo a ser cumprida.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** justificou a diminuição de locação de edifícios, pelo facto de as rendas da habitação social terem diminuído. Relativamente às comunicações, disse que este valor é apenas uma previsão.-----

-----Disse que todos os compromissos assumidos estão devidamente acautelados, estando a ser cumpridos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que segundo o Senhor Presidente da Câmara, as transferências do FEF têm vindo a diminuir desde 2010, o que não mencionou, é que esta redução foi devido ao incumprimento da Lei das Finanças Locais.-----

-----Disse ainda, que as receitas de capital diminuíram, pretendendo saber se este facto se deve às candidaturas, ao que o Senhor **Presidente da Câmara** anuiu. Concluiu dizendo, que as despesas se mantêm à custa de menor investimento.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referindo-se à intervenção do Senhor Vereador Victor Santos disse que mais uma vez se referiu apenas a números, sendo que, na sua opinião, o importante era apresentar propostas válidas para o desenvolvimento do concelho. Segundo a intervenção do Senhor Vereador, na despesa houve uma diminuição de cinco mil euros, mas por outro lado, as ajudas de custo, despesas de representação e o pessoal afeto à administração do Senhor Presidente

aumentaram, culminando no que pretendia saber, ou seja, o lugar de Chefe de Gabinete, que é do conhecimento de todos. No entanto, o Senhor Vereador poderia ter feito estas contas de outra forma, ou seja, este Executivo desde 2005 que está no poder e nunca constituiu o gabinete de apoio ao Senhor Presidente, acrescentando que deveria ter feito as contas e aferido quanto é que este Executivo poupou ao longo destes anos. Deu conhecimento de que esta poupança representou cerca de 900 mil euros. --

-----De seguida, disse que também para ele foi uma surpresa, o facto de o Senhor Vereador estar presente nas sessões da Assembleia Municipal e exigir o pagamento da senha de presença, que é de facto um direito que lhe assiste, mas que nunca foi questionado por ninguém.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que daria os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela poupança dos 900 mil euros, se durante estes anos tivesse feito uma gestão equilibrada da autarquia e não tivesse aumentado a dívida que obrigou a autarquia a recorrer ao reequilíbrio financeiro e a hipotecar o desenvolvimento do concelho.-----

-----A Senhora **Vereadora Maria do Céu Louro** disse que a constituição do gabinete de apoio ao Senhor Presidente da Câmara é um direito que lhe assiste, que está previsto na legislação, pelo que, não tem de se justificar perante ninguém.-----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** após análise do documento apresentado considera este orçamento “pobre”, que tem como objetivo a contenção da despesa e o pagamento de dívida, verificando que grande parte da despesa corrente e investimento é inexistente. Espera que o próximo quadro comunitário venha impulsionar este orçamento, bem como, o investimento.-----

-----Considera que na despesa deveria haver uma rubrica com dotação para equipamento informático na área da Educação. Disse ainda, que

deveriam ter em atenção a despesa com iluminação pública, reduzindo o seu valor.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referindo-se ao investimento, disse que no Plano Estrutural de Desenvolvimento das CIM's, irão ser abordados vários temas como o investimento, áreas, tipologias, sendo que, a autarquia poderá ter hipótese de candidatura aos quadros comunitários. Disse que foram feitas muitas obras, mas que fazem parte de pequenas obras, sendo que, a autarquia sempre procurou fazer investimento através do quadro comunitário. -----

-----Disse que nunca houve por parte da oposição, propostas de melhoria em prol do desenvolvimento do concelho. Louvou sim, a oposição que foi feita no primeiro mandato, em que os Vereadores apresentavam propostas de melhoria em prol do concelho, votando contra e a favor, quando assim tinha de ser.-----

-----De seguida, o Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que o investimento no concelho é feito globalmente e gradualmente. Salientou que o concelho teve todo o investimento que foi possível a este Executivo realizar. Disse que quem delega competências não envia envelopes financeiros, dificultando assim, o propósito de quem governa. -----

-----Citou a título de exemplo, a falta de internet na Escola de Santa Luzia, situação da qual nunca obtiveram qualquer resposta por parte do Ministério da Educação, em que a autarquia teve de fazer um pedido à PT para colocação de internet nessa escola, substituindo-se uma vez mais, ao Ministério da Educação. Falou também no investimento que esta Câmara Municipal fez no Gimnodesportivo, a qual teve um custo aproximado de 500 mil euros, estando ainda aguardar que o Ministério da Educação envie a respetiva comparticipação (50%). Disse ainda, que o Ministério da Educação está cada vez mais a afastar-se da sua obrigação, que é a Educação, e a transferir essas competências para a autarquia. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador Manuel Portugal, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, para o ano de 2014.**-----

-----**Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea a), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/13, de 12/9, a proposta de Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2014.**-----

-----**1.1 ASSUNTO: COMPROMISSOS PLURIANUAIS**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade, datada de 6/12/2013, com registo interno n.º 4103, referindo que no seguimento do deliberado pela Assembleia Municipal a 29/06/2012, relativo aos procedimentos para a assunção prévia de compromissos plurianuais, nos termos do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, informa sobre os compromissos plurianuais que foram assumidos em 2013 pelo Município, que se encontram atualmente em vigor, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento. Mais foi deliberado, remeter este assunto à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

-----**2 - EMCEL - EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE, E.M.**-----

-----**ASSUNTO: ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014 -**

-----Dando cumprimento ao estipulado na alínea a), do n.º 2, do artigo 39.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e do n.º 1, do artigo 31.º, dos Estatutos da Empresa Municipal Celoricense, foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara para discussão e posterior aprovação, o documento referenciado em epígrafe, documento cuja cópia se anexa a esta ata,

considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que o subsídio à exploração que o Município irá transferir para a Empresa Municipal é de 310.000€, e que o mesmo tem vindo a decrescer ao longo dos anos, diminuindo a subsídio dependência. -----

-----Disse que desde 2007 que a Empresa Municipal cumpre dois requisitos para o seu encerramento, no entanto, tudo farão para evitar essa situação. Referiu que os equipamentos da EMCEL têm de ser rentabilizados, sendo uma competência deste executivo, apresentar ideias e propostas. Deu conhecimento de que o executivo tem já algumas propostas para rentabilizar os equipamentos, dando como exemplo, o pagamento de entradas nos Castelos, a partir de janeiro. Disse que as Piscinas Municipais vão reabrir. Relativamente ao Lagar Municipal e Solar do Queijo terão de ser delineadas estratégias para gerar mais receita. -----

-----Deu conhecimento de que o queijo está à venda nas lojas francas em Lisboa, sendo um dos produtos mais vendáveis, resultando num aumento de vendas de 25%. Deu também conhecimento da realização da feira do queijo em Lisboa para rentabilizar o produto. -----

-----O Senhor **Vereador Manuel Portugal** congratulou-se com o aumento das vendas e serviços prestados. No entanto, existe neste orçamento um agravamento de encargos com pessoal, pretendendo saber a que se deve esta situação. -----

-----Disse que os rendimentos e ganhos também aumentaram, de 10 para 80 mil, pretendendo saber o que deu origem a este aumento. Sobre o bar do jardim e central de camionagem é de opinião que os contratos deveriam ser revistos. Relativamente à Empresa Municipal, é de opinião que o Executivo deve encetar todos os esforços que culminem na sua manutenção. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que o acréscimo nos encargos com pessoal é devido a contratos que estavam a terminar e que foram renovados, uma vez que estes funcionários são necessários para as várias infraestruturas existentes.-----

-----Relativamente aos rendimentos e ganhos, disse que esta previsão é feita de acordo com os preços que irão praticar nos vários equipamentos, ou seja, nas bilheteiras dos Castelos, nas Piscinas Municipais, prevendo-se uma receita cerca de 32.000€/ano. Disse que o Lagar Municipal tem de ser rentabilizado e divulgado o produto da região, que é o queijo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que no mandato anterior, as previsões do Vereador do Pelouro Financeiro, era de que esta Empresa poderia não cumprir com os pressupostos elencados no art.º 62.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e terem de proceder à sua dissolução no prazo de 6 meses, conforme descrito também nas ênfases do parecer do ROC.-----

-----No que concerne às contas previsionais, regista com grande dúvida a coerência dos documentos apresentados. Constata que as vendas aumentam e o custo das mercadorias e matérias consumidas diminui, pretendendo saber qual o motivo para esta situação. Indagou o Senhor Presidente da Câmara relativamente à aprovação do protocolo com a CP. --

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que a Empresa Municipal, desde 2007 que satisfaz dois dos requisitos que poderão culminar no seu encerramento. Sobre o aumento das receitas, disse que se aumentarem o preço do Kg do queijo e as mensalidades que os utentes terão de pagar para frequentar as Piscinas Municipais, certamente que as receitas aumentam. -----

-----Sobre o protocolo com a CP, disse que esse assunto já foi discutido em diversas reuniões. Disse que o Senhor Presidente da Câmara havia

dito que a parte envolvente é propriedade da Refer e não da CP, logo, a assinatura deste protocolo, implicaria que a Refer beneficiasse de uma obra feita pela autarquia sem qualquer custo. Concluiu dizendo, que este protocolo ainda não foi aprovado, mas também não foi declinado.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador Manuel Portugal, aprovar o Orçamento da EMCEL para o exercício económico de 2014.**-----

-----**Mais foi deliberado remeter este assunto à Assembleia Municipal para conhecimento.**-----

-----**2.1 ASSUNTO: REGULAMENTO DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES - ALTERAÇÃO DAS TAXAS**-----

-----Foi presente pelo Senhor Presidente da Câmara, uma informação da Empresa Municipal Celoricense, E.M., datada de 6/12/2013, com registo de entrada n.º 10875, remetendo para aprovação uma proposta de alteração das taxas, relativas ao Regulamento do Centro Coordenador de Transportes, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e Manuel Portugal, aprovar as alterações à tabela de taxas, relativas ao Regulamento do Centro Coordenador de Transportes.**-----

-----**3 - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**-----

-----**ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO DE PARCERIA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE CONTEÚDOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

ENTRE A PT COMUNICAÇÕES, S.A. E O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA -----

-----Foi presente informação do Gabinete Técnico Florestal, datada de 28/11/2013, com registo interno n.º 3915, remetendo minuta de protocolo de parceria para disponibilização de conteúdos e prestação de serviços, a celebrar entre a PT Comunicações, S.A. e o Município de Celorico da Beira, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a minuta de protocolo de parceria para disponibilização de conteúdos e prestação de serviços, a celebrar entre a PT Comunicações, S.A. e o Município de Celorico da Beira.**-----

-----**4 - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO 2014**-----

-----**Requerente: Ótica Celoricense, Lda.**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 345/2013, com o registo n.º 4001, datada de 2/12/2013, referindo que a requerente pretende a renovação do pedido de lugar de estacionamento para o ano 2014, situado na Rua Senhora da Graça, em Celorico da Beira, para o veículo com a matrícula 83-73-UM. Informam que não observam qualquer inconveniente no deferimento do pedido. -----

-----Caso seja aprovada a pretensão da requerente, deverá a mesma proceder ao pagamento das taxas municipais em vigor a partir de 1/1/2014.

-----**Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar para o ano de 2014 o lugar de estacionamento privado à Ótica Celoricense, Lda., localizado na Rua Senhora da Graça,**

em Celorico da Beira, devendo a requerente proceder ao pagamento das taxas municipais em vigor a partir de 1/1/2014. -----

-----4.1 ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE TRÊS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO 2014 -----

-----Requerente: Associação Lageosense de Solidariedade Social-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 346/2013, datada de 2/12/2013, com o registo n.º 4002, informando que analisado o assunto a requerente pretende a renovação do licenciamento de três lugares de estacionamento privado para o ano de 2014, localizados na Rua do Freixo, junto à sede da Associação Lageosense de Solidariedade Social, na Lageosa do Mondego, para os veículos da referida instituição. Informam que não observam qualquer inconveniente no deferimento do pedido. -----

-----Quanto ao pedido de isenção das suas taxas, informa que, segundo a alínea c), do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento e Taxas do Município de Celorico da Beira: “Estão isentos de taxas e preços: As associações religiosas, culturais, desportivas, recreativas e as fundações públicas, quando legalmente constituídas, e sem fins lucrativos, pelas atividades que se destinem, direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários,” pelo que, sendo a requerente uma IPSS, a mesma está isenta de taxas municipais.-----

-----Após a análise da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, renovar os três lugares de estacionamento privado e isentar do pagamento de taxas para o ano 2014, a Associação Lageosense de Solidariedade Social. -----

-----4.2 ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA - PROCESSO EM CONDIÇÕES DE CADUCIDADE - REQ. N.º 918-----

-----Nome: Imobiliária FTP, Lda. -----

-----Foi presente informação técnica relativa ao requerimento n.º 918, do processo n.º 83/2007, de 22/10/2008, referindo que na sequência da informação do Fiscal Municipal, datada de 29/10/2013, a referida obra ainda não iniciou os trabalhos de construção, tendo terminado o prazo da licença de construção em 8 de novembro de 2010. -----

-----Informa ainda que o processo em epígrafe possui a licença de construção n.º 50/2008, datada de 5/11/2008, válida até 8/11/2010. Atendendo ao facto de que o prazo da licença de construção já se encontra expirado e os trabalhos ainda não se iniciaram, o mesmo encontra-se em condições de se emitir a caducidade, conforme descrito na alínea a), do n.º 3, do art.º 71.º, do RJUE. -----

-----**A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, declarar a caducidade do processo n.º 83/2007 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado.** -----

-----**4.3 ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA - PROCESSO EM CONDIÇÕES DE CADUCIDADE - REQ. N.º 919**-----

-----**Nome: Imobiliária FTP, Lda.**-----

-----Foi presente informação técnica relativa ao requerimento n.º 919, do processo n.º 82/2007, de 22/10/2008, referindo que na sequência da informação do Fiscal Municipal, datada de 29/10/2013, a referida obra ainda não iniciou os trabalhos de construção, tendo terminado o prazo da licença de construção em 8 de novembro de 2010. -----

-----Informa ainda que o processo em epígrafe possui a licença de construção n.º 53/2008, datada de 5/11/2008, válida até 8/11/2010. Atendendo ao facto de que o prazo da licença de construção já se encontra expirado e os trabalhos ainda não se iniciaram, o mesmo encontra-se em

condições de se emitir a caducidade, conforme descrito na alínea a), do n.º 3, do art.º 71.º, do RJUE. -----

-----**A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, declarar a caducidade do processo n.º 82/2007 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado.** -----

-----**4.4 ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA - PROCESSO EM CONDIÇÕES DE CADUCIDADE - REQ. N.º 920**-----

-----**Nome: Imobiliária FTP, Lda.**-----

-----Foi presente informação técnica relativa ao requerimento n.º 920, do processo n.º 84/2007, de 22/10/2008, referindo que na sequência da informação do Fiscal Municipal, datada de 29/10/2013, a referida obra ainda não iniciou os trabalhos de construção, tendo terminado o prazo da licença de construção em 8 de novembro de 2010. -----

-----Informa ainda que o processo em epígrafe possui a licença de construção n.º 52/2008, datada de 5/11/2008, válida até 8/11/2010. Atendendo ao facto de que o prazo da licença de construção já se encontra expirado e os trabalhos ainda não se iniciaram, o mesmo encontra-se em condições de se emitir a caducidade, conforme descrito na alínea a), do n.º 3, do art.º 71.º, do RJUE. -----

-----**A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, declarar a caducidade do processo n.º 84/2007 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado.** -----

-----4.5 ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA - PROCESSO EM CONDIÇÕES DE CADUCIDADE - REQ. N.º 921-----

-----Nome: Imobiliária FTP, Lda.-----

-----Foi presente informação técnica relativa ao requerimento n.º 921, do processo n.º 81/2007, de 22/10/2008, referindo que na sequência da informação do Fiscal Municipal, datada de 29/10/2013, a referida obra ainda não iniciou os trabalhos de construção, tendo terminado o prazo da licença de construção em 8 de novembro de 2010. -----

-----Informa ainda que o processo em epígrafe possui a licença de construção n.º 51/2008, datada de 5/11/2008, válida até 8/11/2010. Atendendo ao facto de que o prazo da licença de construção já se encontra expirado e os trabalhos ainda não se iniciaram, o mesmo encontra-se em condições de se emitir a caducidade, conforme descrito na alínea a), do n.º 3, do art.º 71.º, do RJUE. -----

-----A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, declarar a caducidade do processo n.º 81/2007 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado. -----

-----4.6 ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA - PROCESSO EM CONDIÇÕES DE CADUCIDADE - REQ. N.º 108-----

-----Nome: Imobiliária FTP, Lda.-----

-----Foi presente informação técnica relativa ao requerimento n.º 108, do processo n.º 67/2007, de 13/02/2009, referindo que na sequência da informação do Fiscal Municipal, datada de 29/10/2013, a referida obra ainda não iniciou os trabalhos de construção, tendo terminado o prazo da licença de construção em 13 de setembro de 2010.-----

-----Informa ainda que o processo em epígrafe possui a licença de construção n.º 8/2009, datada de 12/3/2009, válida até 13/9/2010. Atendendo ao facto de que o prazo da licença de construção já se encontra expirado e os trabalhos ainda não se iniciaram, o mesmo encontra-se em condições de se emitir a caducidade, conforme descrito na alínea a), do n.º 3, do art.º 71.º, do RJUE. -----

-----**A Câmara, nos termos da informação técnica, deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, declarar a caducidade do processo n.º 67/2007 e nos termos da lei proceder à audiência prévia do interessado.** -----

-----**4.7 ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 1/2007, EM NOME DE MANUEL ALEIXO DA CRUZ - APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO RELATIVOS ÀS OBRAS DE URBANIZAÇÃO** -----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de 2/12/2013, com registo interno n.º 4062, referindo que relativamente ao assunto em epígrafe, os projetos de especialidades relativos às obras de urbanização foram aprovados em reunião do executivo de 2013/11/13. Nos termos do art.º 53.º, do Decreto-lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, com a deliberação prevista no art.º 26.º, do mesmo diploma, o órgão competente para o licenciamento das obras de urbanização, estabelece as condições e prazo de execução a observar na execução das obras de urbanização e o montante da caução destinada a assegurar a boa e regular execução das obras. -----

-----Tendo em conta as declarações prestadas pelo requerente, em sede de audiência prévia, a caução será prestada mediante apresentação de garantia bancária (correspondente ao montante do valor constante dos orçamentos para execução das obras de urbanização). A caução é prestada nos termos do n.º 2, do art.º 54.º, do referido Decreto-lei, podendo

a mesma ser reforçada ou reduzida, desde que devidamente fundamentada, sendo que, as reduções efetuadas não podem ultrapassar 90% do seu montante inicial, sendo o remanescente libertado com a receção definitiva das obras de urbanização. -----

-----Nos termos do n.º 7, do art.º 27.º, a alteração da licença dá lugar a aditamento ao alvará, que, no caso da Operação de Loteamento, é comunicado oficiosamente à Conservatória do Registo Predial competente para efeitos de averbamentos, contendo a comunicação, os elementos em que se traduz a alteração. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as condições e prazo de execução das obras de urbanização, necessárias ao aditamento ao alvará de loteamento, considerando o prazo de execução das obras de urbanização de 12 meses e o montante da caução a prestar a favor da Câmara Municipal, através de apresentação de garantia bancária autónoma à primeira solicitação, no valor de 352.595,58€, valor correspondente ao somatório dos orçamentos para a execução das obras de urbanização.**-----

-----**5 – ANMP**-----

-----**ASSUNTO: PERSU**-----

-----Foi presente ofício proveniente da ANMP, datado de 29/11/2013, com registo de entrada n.º 10652, dando conhecimento de que a Associação Nacional de Municípios Portugueses, realizou um conjunto de reuniões e de consultas aos associados, ao longo do mês de novembro, tendo em vista discutir a reestruturação do setor dos resíduos, nomeadamente, a anunciada privatização do capital social da EGF.-----

-----Dessas reuniões, e também dos contributos recebidos dos associados, resultou uma posição vertida em carta, enviada a Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e cujo teor dão conhecimento. -----

-----**6 - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----**ASSUNTO: TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2014**-----

-----Foi presente proposta do Senhor Presidente da Câmara com o seguinte teor:-----

-----“À semelhança dos anos anteriores e dada a conjuntura económica atual, tendo em conta que o comércio local, passa por uma grande recessão, é propósito contribuir para alguma melhoria da situação económica dos comerciantes, pelo que, relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, proponho que se aplique apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabelas de Taxas do Município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano 2014, a aplicação do artigo 106.º, do mesmo capítulo, com exceção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém. -----

-----Submeto esta proposta à aprovação da Câmara Municipal e posterior aprovação da Assembleia Municipal.”-----

-----**Relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, a Câmara, nos termos da lei, deliberou por unanimidade, aplicar apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do Regulamento e Tabelas de Taxas do Município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano 2014, a aplicação do artigo 106.º do mesmo capítulo, com exceção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém. -----**

-----**Mais foi deliberado submeter este assunto à Assembleia Municipal. -----**

-----**7 - SECÇÃO DE EXPEDIENTE DE TAXAS E LICENÇAS**-----

-----**ASSUNTO: ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Expediente de Taxas e Licenças, datada de 3/12/2013, com o registo interno n.º 10787, informando que nos termos do artigo 9.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro e do artigo 7.º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 28 de maio de 2010, estipula que os valores das taxas são automaticamente atualizados, anualmente, no início de cada ano, mediante a aplicação do índice de inflação referente ao ano anterior, publicitado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). -----

-----Assim, a taxa de inflação publicada pelo INE é de 0,6%, pelo que, será este o fator de atualização a partir de 1 de janeiro de 2014. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**8 - PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR DO PELOURO DA EDUCAÇÃO** -----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO-**

-----Foi presente proposta do Senhor Vereador do Pelouro da Educação, com o seguinte teor:-----

-----“Tendo em conta a atual conjunta económica do país, o Município assume um papel cada vez mais relevante no apoio social às populações, nomeadamente a grupos desfavorecidos. -----

-----A atribuição de bolsas de estudo visa permitir aos alunos provenientes de famílias com baixos rendimentos económicos e com aproveitamento, prosseguir a frequência do ensino superior, combatendo o abandono escolar. -----

-----Na sequência do exposto e face à verba orçamental para o efeito, sou a propor um aumento da atribuição de bolsas de estudo de 10 para 15, mantendo-se todos os direitos e obrigações inerentes à atribuição das mesmas.”-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Vereador do Pelouro da Educação.**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 13:40h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----
